

Quantum Participações S.A.

CNPJ/MF nº 28.367.479/0001-18

Demonstrações Financeiras 2023

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
Circulantes				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	56.924	12.563	Circulantes	9	939	1.929
Impostos a recuperar.....	2.026	95		Fornecedores	10	11.010	12.538
Partes relacionadas.....	11	686		Salários e encargos a pagar.....	8	1.099	937
Dividendos mínimos obrigatórios a receber.....	5	1.660	7.398	Contribuições e impostos a recolher.....	100	41	
Outros ativos.....	667	34		Total do passivo circulante.....	13.148	15.445	
Total do ativo circulante.....	61.963	20.090		Não circulantes			
Não circulantes							
Depósitos judiciais.....	12			Fornecedores	116	2.244	3.175
Investimentos em coligada.....	5	130.920	141.845	Passivo de arrendamento.....	8	1.657	833
Imobilizado.....	6	756	1.137	Notas comerciais.....	12	44.077	
Intangível.....	7	1.629	1.020	Outros passivos.....	1.233	835	
Ativos de direito de uso.....	8	3.073	3.969	Total do passivo não circulante.....	49.337	4.842	
Total do ativo não circulante.....	136.390	147.971		Patrimônio líquido	13		
Total dos ativos.....	198.353	168.061		Capital social	171.512	171.512	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Quantum Participações S.A. ("Companhia") é controlada pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestatégica, é uma sociedade anônima de capital fechado que se dedica às atividades de gestão e administração dos ativos de transmissão de energia elétrica, constituída em 8 de agosto de 2007 e está estabelecida na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais nº 102, 111 e 112, sala 01, Itaim Bibi, CEP: 05400-001 - São Paulo - SP. Em 02 de março de 2023 a Companhia aprovou a primeira emissão de notas comerciais escriturais em série única no montante de R\$40,000, conforme disposto nos artigos 45 e seguintes da Lei 14.195, de 26 de agosto de 2019, nos termos da Resolução CVM nº 364, de 2019, que determinou, especialmente, a imediata emissão de suas respectivas aplicações financeiras e investimentos em coligada, com prazo de vencimento no final do ano da referida Resolução CVM. Os recursos obtidos foram captados para reforço de caixa da Companhia. 2. Políticas contábeis materiais: a) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelas Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo elas, estas evidenciadas, e que correspondem as informações utilizadas na sua gestão. b) Concepção e preparação: estas demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de forma lógica. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa dar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2024. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre pessoas que não estão ligadas entre si, com base no custo de aquisição, menos descontos e custos observáveis ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nessas demonstrações financeiras é determinado nessa base. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ e foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos: A Companhia presta contas de suas operações e resultados de acordo com as normas contábeis que alegam a aplicação de políticas contábeis. As estimativas e julgamentos que alegam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 2.4. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. • No mercado principal para o ativo e passivo, o valor justo é determinado pelo preço de compra ou venda. • No caso de um ativo ou passivo que não é vendido ou comprado no mercado principal, o valor justo é determinado pelo preço de compra ou venda no mercado secundário. • No caso de um ativo ou passivo que não é vendido ou comprado no mercado secundário, o valor justo é determinado pelo preço de compra ou venda no mercado primário. As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir. 2.5. Demonstração de Fluxo de Caixa ("DFC"): A demonstração dos fluxos de caixa é realizada de acordo com as normas contábeis adotadas. 2.6. Declaração de Dividendos: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.6. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, em até 12 meses, e não é destinado a ser vendido ou convertido em um período curto de tempo. 2.7. Capital social: A Companhia é uma entidade que atende a critérios para ser considerada uma entidade controladora sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventuais resultados abrangentes das demonstrações financeiras que alegam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 2.8. Movimentação do patrimônio líquido: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.9. Equivalente de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, em até 12 meses, e não é destinado a ser vendido ou convertido em um período curto de tempo. 2.10. Capital social: A Companhia é uma entidade que atende a critérios para ser considerada uma entidade controladora sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventuais resultados abrangentes das demonstrações financeiras que alegam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 2.11. Imobilizado: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.12. Movimentação do patrimônio líquido: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.13. Intangível: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.14. Movimentação do patrimônio líquido: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.15. Capital social: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.16. Depósitos judiciais: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.17. Investimentos em coligada: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.18. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.19. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.20. Notas contábeis: As passivas financeiras da Companhia incluem notas contábeis que são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação (ou seja) pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas como despesas de financiamento e subtraídas do valor da transação (ou seja) pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. • O custo amortizado é dividido entre os juros e os outros custos de financiamento, de acordo com a proporção entre os juros e os outros custos de financiamento. • O custo amortizado é dividido entre os juros e os outros custos de financiamento, de acordo com a proporção entre os juros e os outros custos de financiamento. 2.21. Tributos correntes: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial como inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por empréstimos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao valor justo de ativos ou passivos financeiros. Se aplicável, o resultado é reconhecido imediatamente. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Classificação dos ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são classificados como disponíveis para venda, disponíveis para transferência, disponíveis para realização de operações financeiras ou disponíveis para realização de operações de investimento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por empréstimos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao valor justo de ativos ou passivos financeiros. Se aplicável, o resultado é reconhecido imediatamente. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Classificação dos ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são classificados como disponíveis para venda, disponíveis para transferência, disponíveis para realização de operações financeiras ou disponíveis para realização de operações de investimento. 2.22. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.23. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.24. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.25. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.26. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.27. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.28. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.29. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.30. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-Companhia classifica os seus juros como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno ao do financiamento realizado pelos seus acionistas. 2.31. Impostos e encargos a pagar: A Companhia aprovou a Declaração de Dividendos para o período de 07 de outubro de 2023, e aprovou o pronunciamento contábil CPC-07 (IAS

...continuação

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	56.924	12.565
Contas a receber - Intercompany.....	11	686	

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras da primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte fale ao cumprir com suas obrigações. iii) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras.....		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI).....	56.913	12.553
Passivos financeiros.....		
Notas comerciais escriturais.....	44.951	-

iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2023. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

iii) Risco de liquidez - Continuação

	Fluxo de caixas contratuais
	Valor contábil
Fornecedores	1.055
Notas Comerciais	44.951
Total.....	46.006
	Até 12 meses
	Entre 2 e 3 anos
	Acima de 3 anos

Aos Aos acionistas e administradores da Quantum Participações S.A.
Rio de Janeiro, RJ -

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Quantum Participações S.A. ("Quantum" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as melhores práticas de auditoria, incluindo a consideração das normas contábeis e outras normas relevantes, estudo descritivo na seção a seguir e aquiriu Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras. As principais auditorias são: i) uma opinião sobre a natureza e extensão das distorções relevantes existentes; ii) uma descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos; iii) apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria inclui a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abacix, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Emissão de notas comerciais escriturais:** Conforme divulgado nas notas explicativas 2.12 e 12 em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía notas comerciais escriturais, conforme disposto nos artigos 45 e

QUANTUM PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 28.367.479/0001-18

o que mitigou o risco que a contraparte fale ao cumprir com suas obrigações. iii) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Instrumentos financeiros
Bancos.....	Custo amortizado
Aplicações financeiras.....	Valor justo por meio de resultado

Passivos financeiros.....

	Passivos financeiros
Fornecedores.....	Custo amortizado
Notas Comerciais.....	Valor justo
	até 12 meses
	entre 2 e 3 anos
	acima de 3 anos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. Hierarquia de valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Companhia adotou a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pelo técnico de avaliação:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação financeira (caixas e equivalentes).....	Nível 2	Nível 2
Total.....	56.913	12.553

21. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2023 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Notas Comerciais.....	Nível 2	Nível 2
Total.....	44.951	44.951

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

segueintes da Lei no 14.195, de 26 de agosto de 2021, nos termos da Resolução CVM 160, em série única no valor total de R\$ 40.000 mil reais, sendo o montante totalmente integrando. Os recursos captados deverão ser destinados para o exercício corrente. Com base na auditoria realizada em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia, incluirá, entre outros: (i) confirmação do saldo com instituições financeiras; (ii) leitura do contrato firmado com o objetivo de desenvolver uma compreensão de seus termos e condições; (iii) avaliamos o tratamento contábil sobre o custo de capturação; (iv) avaliamos o perfil de vencimento da dívida e (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos que o tratamento contábil e as respectivas divulgações sobre o tema são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada divulgação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis e outras normas relevantes, incluindo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e normas relevantes da Companhia. A administração é responsável pela avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos que o tratamento contábil e as respectivas divulgações sobre o tema são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Responsabilidades do auditor:** A auditoria é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pelo tratamento contábil e a adequada divulgação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis e outras normas relevantes, incluindo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e normas relevantes da Companhia. A auditoria é responsável pela avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos que o tratamento contábil e as respectivas divulgações sobre o tema são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Conclusões:** Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção para nossa relatório de auditoria para as respectivas opiniões, que podem ser emitidas naquele momento, incluindo opiniões moderadas ou opiniões que se referem a situações futuras. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos para responder a questões que podem envolver a continuidade operacional da Companhia. Fazemos o mesmo para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção para nossa relatório de auditoria para as respectivas opiniões, que podem ser emitidas naquele momento, incluindo opiniões moderadas ou opiniões que se referem a situações futuras. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos para responder a questões que podem envolver a continuidade operacional da Companhia. Fazemos o mesmo para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das estimativas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção para nossa relatório de auditoria para as respectivas opiniões, que podem ser emitidas naquele momento, incluindo opiniões moderadas ou opiniões que se referem a situações futuras. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos para responder a questões que podem envolver a continuidade operacional da Companhia. Fazemos o mesmo para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das estimativas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção para nossa relatório de auditoria para as respectivas opiniões, que podem ser emitidas naquele momento, incluindo opiniões moderadas ou opiniões que se referem a situações futuras. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos para responder a questões que podem envolver a continuidade operacional da Companhia. Fazemos o mesmo para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das estimativas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção para nossa relatório de auditoria para as respectivas opiniões, que podem ser emitidas naquele momento, incluindo opiniões moderadas ou opiniões que se referem a situações futuras. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos para responder a questões que podem envolver a continuidade operacional da Companhia. Fazemos o mesmo para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâ